

# EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF n.º 02.558.124/0001-12

NIRE 3330026237-7

## ATA SUMÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2005, ÀS 15:00 HORAS

**1. DATA, LOCAL E HORA:** 14 de julho de 2005, às 15:00 horas, na Sede Social da Companhia, na Rua Regente Feijó n.º 166/1687-B, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Anúncios publicados, nos termos do Art. 124 da Lei n.º 6.404/76, na Gazeta Mercantil e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições dos dias 28, 29 e 30 de junho 2005. Os referidos anúncios encontram-se sobre a mesa à disposição dos interessados, tendo sido dispensada a leitura e a transcrição dos mesmos.

**3. PRESENCAS:** Presentes os acionistas da **EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**, representando mais de 90% (noventa por cento) do capital com direito a voto, conforme registros e assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente também o Sr. Isaac Berensztejn, representante da administração da Companhia.

**4. MESA:** No termos do artigo 13 do Estatuto Social, presidiu os trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Carlos Henrique Moreira, que convidou para secretariar os trabalhos o Dr. Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho.

**5. DELIBERAÇÕES: 5.1.** Aprovada, pela unanimidade, dos acionistas presentes que esta Ata seja lavrada sob a forma de sumário e que a sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos Acionistas presentes, como facultam, respectivamente, os §§ 1º e 2º do Art. 130, da Lei n.º 6.404/76. **5.2.** Dispensada a leitura do edital de convocação pelos acionistas presentes, os acionistas presentes deliberaram sobre os itens constantes da Ordem-do-Dia da seguinte forma:

**(i)** aprovaram, por maioria dos presentes, a de reforma do Estatuto Social da Companhia com os seguintes objetivos:

**(I)** alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, refletindo o aumento do capital social da Companhia homologado pelo Conselho de Administração dentro do limite do capital autorizado, em 23.05.2005, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 5º O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$4.096.713.387,00 (quatro bilhões, noventa e seis milhões, setecentos e treze mil, trezentos e oitenta e sete Reais), representado por 758.306.004.336 (setecentas e cinquenta e oito bilhões, trezentas e seis milhões, quatro mil, trezentas e trinta e seis) ações, sendo 282.027.681.973 (duzentas e oitenta e duas bilhões, vinte e sete milhões, seiscentas e oitenta e uma mil e novecentas e setenta e três) ordinárias nominativas e 476.278.322.363*

**Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Embratel Participações S.A.  
realizada em 14.07.2005, às 1500 horas**

*(quatrocentas e setenta e seis bilhões, duzentas e setenta e oito milhões, trezentas e vinte e duas mil e trezentas e sessenta e três) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.”*

**(II)** de forma a que o Conselho Fiscal possa atuar como Comitê de Auditoria da Companhia para fins do disposto no *Sarbanes-Oxley Act* de 2002: modificação do inciso XV do artigo 17, inclusão do parágrafo único do artigo 30 e do artigo 31 e respectivos incisos; modificação do § 3º do artigo 31; modificação do *caput*, §§ 1º e 2º do artigo 32, passando tais dispositivos a ter a seguinte redação:

*“Art. 17 - Além das matérias que lhe compete a lei, bem como aquelas previstas no Artigo 6º deste estatuto, compete ao Conselho de Administração:*

*(...);*

*XV - escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerando para este fim, dentre outros, a recomendação do Conselho Fiscal;*

*(...);”*

*“Art. 30 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente.*

*Parágrafo Único. Para o pleno exercício de suas atribuições, notadamente a função de Comitê de Auditoria, deverão ser observados os requisitos previstos nas legislações aplicáveis, o disposto no presente Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal aprovado pela assembléia geral de acionistas”*

*“Art. 31 – Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação brasileira, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições:*

*I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;*

*II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral;*

*III. recomendar e auxiliar o Conselho de Administração no processo de contratação, determinação de remuneração e destituição dos auditores externos da Companhia;*

*IV. supervisionar e avaliar os trabalhos do auditor externo e auxiliar na solução de eventuais divergências entre a administração e o auditor externo a respeito das demonstrações financeiras da Companhia;*

*V. revisar periodicamente as políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditoria e de não-auditoria a serem prestados pelos auditores independentes e a respectiva remuneração;*

*VI. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;*

*VII. revisar periodicamente a eficácia dos processos de gestão de risco e controles internos da Companhia, de forma a, dentre outros, monitorar o cumprimento (i) das disposições legais que afetem a apresentação dos relatórios financeiros; e (ii) das disposições estatutárias;*

**Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Embratel Participações S.A.  
realizada em 14.07.2005, às 1500 horas**

VIII. estabelecer procedimentos para receber, processar e apurar as denúncias de fraudes, anônimas ou não, relacionadas a questões contábeis, de controles internos e de auditoria da Companhia;

IX. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;

X. convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;

XI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;

XII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

XIII. exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

**Parágrafo Único.** Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal poderá solicitar à administração da Companhia a contratação de auditores, advogados, consultores e contadores, sendo certo que os respectivos honorários deverão ser estabelecidos em condições razoáveis e dentro dos limites de dotação orçamentária específica, a ser fixada conforme proposta da administração da Companhia, observados os termos do Art. 43 abaixo.”

“Art. 31 - O Conselho Fiscal se reunirá quando necessário, mas, não menos do que 04 (quatro) vezes ao ano, devendo tais reuniões corresponder ao ciclo de apresentação dos relatórios financeiros da Companhia.

§ 1º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 02 (dois) membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente da Companhia, ou sempre que for solicitado pelos auditores externos e internos.

§ 2º - (...).

§ 3º - (...).”

“Art. 32 - O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, com observância das normas do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - (...).

§ 2º - (...).

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente e o seu Secretário.”

(III) de forma a assegurar a contratação de assessores e consultores externos que venham a ser solicitados pelo Conselho Fiscal, para o exercício de suas funções, bem como a aprovação de dotação orçamentária específica para este fim: inclusão do inciso II do artigo 17; inclusão da

**Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Embratel Participações S.A.  
realizada em 14.07.2005, às 1500 horas**

alínea (v) no § 1º do art. 29; e inclusão do art.43, vigorando tais dispositivos com a seguinte redação:

*“Art. 17 - Além das matérias que lhe comete a lei, bem como aquelas previstas no Artigo 6º deste estatuto, compete ao Conselho de Administração:*

- I. (...);*
- II. aprovar a dotação orçamentária anual de recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal da Companhia;*
- III. (...);”*

*“Art. 29 - Compete aos membros da Diretoria, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os casos previstos neste estatuto, representar a Companhia conforme descrito nos parágrafos abaixo.*

*§ 1º - Compete ao Presidente:*

- i - (...);*
- ii - (...);*
- iii - (...);*
- iv. - (...); e*
- v. - contratar os serviços previstos no Parágrafo único do Art. 31, em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal.”*

*“Art. 43 - A cada exercício financeiro, a administração da Companhia, deverá submeter ao Conselho de Administração uma proposta de dotação orçamentária anual que deverá conter a previsão dos recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal”*

**(IV)** como consequência das alterações propostas, os acionistas aprovaram reordenar os artigos, respectivos incisos e alterar as referências internas do Estatuto Social da Companhia.

**(ii)** Os acionistas aprovaram, por maioria dos presentes, a consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do **ANEXO I**.

**(iii)** Os acionistas aprovaram, por unanimidade dos presentes, o Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia na forma do **ANEXO II** e

**(iv)** Por fim, foi aprovado, por unanimidade dos presentes, o reajuste da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, aprovada na Assembléia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 29.04.2005, fixando-a no valor individual mensal de R\$8.000,00 (oito mil

**Continuação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Embratel Participações S.A.  
realizada em 14.07.2005, às 1500 horas**

reais), além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadas necessárias ao desempenho de suas funções, tudo de acordo com o §3º do Art. 162 da Lei n.º 6.404/76.

**6. ESCLARECIMENTOS:** Por solicitação do acionista Sr. José de Oliveira Teixeira fica consignado em ata sua menção elogiosa ao desempenho da atual administração da Companhia, bem como sua aprovação irrestrita de todas as alterações e reformas propostas pela administração.

E, nada mais havendo a tratar, suspenderam-se os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Carlos Henrique Moreira - presidente da mesa, Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho - Secretário da Mesa, Isaac Berensztejn - Diretor Econômico Financeiro e de Relação com os Investidores. Acionistas: Startel Participações Ltda, New Startel Participações Ltda, Telmex Solutions telecomunicações Ltda, The Master Trust Bank of Japan Ltd RE: MTBC400035147, The California State Teachers Retirement System, State Street Emerging Markets, Norges Bank, José Teixeira de Oliveira, Gilberto Souza Esmeraldo e Paulo André Bodin de Moraes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho  
Secretário Geral.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

**ESTATUTO SOCIAL DA**  
**EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A.**

**CAPÍTULO I**  
**DAS CARACTERÍSTICAS DA COMPANHIA**

Art. 1º - EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S.A. é uma sociedade por ações, controladora da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL.

Art. 2º - A Companhia tem por objeto:

- I. exercer o controle da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, bem como de suas demais controladas;
- II. promover, realizar ou orientar a captação, em fontes internas e externas, de recursos a serem aplicados pela Companhia ou pela EMBRATEL ou suas demais controladas;
- III. promover e estimular atividades de estudos e pesquisas visando ao desenvolvimento do setor de serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- IV. executar, através da EMBRATEL ou outras sociedades controladas ou coligadas, serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- V. promover, estimular e coordenar, através de suas sociedades controladas ou coligadas, a formação e o treinamento do pessoal necessário ao setor de serviços de telecomunicações de longa distância em âmbito nacional e internacional, incluindo serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens e telemática;
- VI. realizar ou promover importações de bens e serviços para a EMBRATEL ou suas demais sociedades controladas e coligadas;
- VII. exercer outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social; e
- VIII. participar do capital de outras sociedades.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

Art. 3º - A Companhia tem sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, sendo o Presidente da Companhia competente para definir sua exata localização.

Parágrafo Único - A Companhia pode criar e extinguir, por decisão de seu Presidente, filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações em qualquer ponto do território nacional e no exterior.

Art. 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

**CAPÍTULO II**  
**DO CAPITAL SOCIAL**

Art. 5º - O capital social subscrito, totalmente integralizado, é de R\$4.096.713.387,00 (quatro bilhões, noventa e seis milhões, setecentos e treze mil, trezentos e oitenta e sete Reais), representado por 758.306.004.336 (setecentas e cinquenta e oito bilhões, trezentas e seis milhões, quatro mil, trezentas e trinta e seis) ações, sendo 282.027.681.973 (duzentas e oitenta e duas bilhões, vinte e sete milhões, seiscentas e oitenta e uma mil e novecentas e setenta e três) ordinárias nominativas e 476.278.322.363 (quatrocentas e setenta e seis bilhões, duzentas e setenta e oito milhões, trezentas e vinte e duas mil e trezentas e sessenta e três) preferenciais nominativas, todas sem valor nominal.

Art. 6º - A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, sempre que as atividades e negócios da Companhia assim o exigirem, até o limite de 1.000.000.000.000 (um trilhão) de ações, ordinárias ou preferenciais, competindo ainda ao Conselho de Administração definir as condições a que estarão sujeitas tais emissões.

Parágrafo Único - Dentro do limite do capital autorizado de que trata o "caput" deste artigo, a Companhia pode outorgar opção de compra de ações, conforme Plano aprovado em Assembléia Geral, a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a empresas por ela controladas.

Art. 7º - O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, em qualquer emissão de ações, de se guardar proporção entre elas, observadas as disposições legais e estatutárias.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

Art. 8º - Poderão ser emitidas, sem direito de preferência para os demais acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações, e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei n.º 6.404/76.

Art. 9º - A cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Art. 10 - As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto na hipótese do parágrafo segundo do art. 12 deste estatuto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e (a) prioridade no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Companhia, ou (b) recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, prevalecendo sempre o que for maior no confronto entre as hipóteses (a) e (b).

Parágrafo Único - As ações preferenciais adquirirão o direito a voto se a Companhia, por um prazo de 3 (três) anos consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que façam jus nos termos do “caput” deste artigo.

Art. 11 - As ações da Companhia serão escriturais, sendo mantidas em conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

**CAPÍTULO III**  
**DA ASSEMBLÉIA GERAL**

Art. 12 - A Assembléia Geral tem a competência para deliberar acerca das matérias expressamente previstas na Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - Compete, ainda, à Assembléia Geral aprovar previamente a celebração de quaisquer contratos de longo prazo entre a Companhia ou suas controladas, de um lado, e o acionista controlador ou sociedades controladas, coligadas, sujeitas a controle comum ou controladoras deste último, ou que de outra forma constituam partes relacionadas à Companhia, de outra parte, salvo quando os contratos obedecerem a cláusulas uniformes.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 115 da Lei n.º 6.404/76, os titulares de ações preferenciais terão direito a voto nas deliberações assembleares referidas no parágrafo primeiro deste artigo, assim como naquelas referentes à alteração ou revogação dos seguintes dispositivos estatutários:

- I. Parágrafo 1º do art. 12;
- II Parágrafo Único do art. 13; e
- III. Art. 42.

Art. 13 - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, cabendo ao seu Presidente, ou ao seu Vice-Presidente, na forma estabelecida no Artigo 20 abaixo, consubstanciar o respectivo ato. A Assembléia Geral também poderá ser convocada de acordo com o Parágrafo Único do Art. 123 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Único - Nas hipóteses do art. 136 da Lei n.º 6.404/76, a primeira convocação da Assembléia Geral será feita com 30 (trinta) dias de antecedência, no mínimo, e com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em segunda convocação.

Art. 14 - A Assembléia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia, ou por seu Vice-Presidente, conforme previsto no Artigo 20 abaixo, que procederá à eleição do secretário, escolhido dentre os acionistas presentes.

Art. 15 - Dos trabalhos e deliberações da Assembléia Geral será lavrada ata, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas.

§ 1º - Salvo decisão contrária pelo Presidente da Assembléia, a ata será lavrada na forma de sumário dos fatos.

§ 2º - Salvo deliberação em contrário da Assembléia, as atas serão publicadas com omissão das assinaturas dos acionistas.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 16 - A Administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

**SEÇÃO I**  
**DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 17 - Além das matérias que lhe comete a lei, bem como aquelas previstas no Artigo 6º deste estatuto, compete ao Conselho de Administração:

- I. aprovar os planos gerais da Companhia;
- II. aprovar a dotação orçamentária anual de recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal da Companhia;
- III. aprovar o Regimento Interno da Companhia, definindo sua estrutura organizacional, especificando as atribuições de cada diretor e fixando os limites das autorizações a que se referem os itens VIII, IX, X e XI deste Artigo, observadas as disposições legais e estatutárias;
- IV. autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação;
- V. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;
- VI. deliberar, por delegação da Assembléia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;
- VII. autorizar a emissão de notas promissórias comerciais (*commercial papers*);
- VIII. autorizar a venda, comodato, doação, aluguel ou constituição de ônus de quaisquer ativos fixos da Companhia cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- IX. autorizar a contratação de empréstimos, assunção de dívida ou prestação de garantias pela Companhia em favor de terceiros, exceto no caso de operações contratadas com e/ou garantias prestadas em favor de sociedades controladas pela Companhia, cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- X. autorizar a celebração de contratos ou a prática de outros atos que resultem em obrigações para a Companhia em limite superior àquele estabelecido no Regimento Interno da Companhia;

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

- XI. autorizar a constituição e a extinção de subsidiárias integrais e/ou Controladas da Companhia, a aquisição e a alienação de participações acionárias da Companhia no capital de outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como a aquisição e a alienação de investimentos ou direitos que possam ser classificados como investimento no ativo permanente da Companhia, cujo valor exceda o limite estabelecido no Regimento Interno da Companhia;
- XII. autorizar a distribuição de dividendos intermediários, bem como o levantamento de balanço e distribuição de dividendos em períodos menores, na forma prevista na legislação aplicável;
- XIII. elaborar a política interna da Companhia relativa à divulgação de informações ao Mercado;
- XIV. submeter os contratos referidos no § 1º do Artigo 12 deste estatuto à deliberação da Assembléia Geral, assegurando que suas subsidiárias façam o mesmo;
- XV. indicar os representantes da Companhia nos órgãos de administração de sociedades nas quais tenha participação;
- XVI. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, considerando para este fim, dentre outros, a recomendação do Conselho Fiscal;
- XVII. administrar o Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembléia Geral;
- XVIII. definir os termos e condições de quaisquer aumentos de capital dentro do capital autorizado; e
- XIX. deliberar sobre quaisquer assuntos que não sejam de competência privativa da Assembléia Geral, nos termos da Lei 6.404/76.

Art. 18 - O Conselho de Administração será composto de 7 (sete) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembléia Geral.

Art. 19 - Eleitos pela Assembléia Geral, os membros do Conselho de Administração terão mandato de 3 (três) exercícios anuais, considerando-se exercício anual o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

Art. 20 - O Conselho de Administração elegerá seu Presidente e Vice-Presidente. O Presidente e o Vice-Presidente substituirão automaticamente um o outro em suas ausências temporárias, impedimentos, sem que haja necessidade de delegação formal de poderes. Ao substituto serão conferidos todos os poderes e autoridade do substituído, sem exceções.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

Art. 21 - Observado o disposto no Art. 20 acima, em caso de vacância de cargo no Conselho de Administração, seu substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes e exercerá suas funções até a próxima Assembléia Geral Ordinária. Em caso de vacância da maioria dos cargos, será convocada Assembléia Geral para deliberar acerca da eleição de tais membros. Neste caso, os novos Conselheiros eleitos completarão o mandato dos Conselheiros substituídos.

Parágrafo Único - Caso a vacância da maioria dos membros do Conselho inclua o Presidente e o Vice-Presidente, qualquer membro do Conselho de Administração poderá convocar e presidir tal Assembléia Geral.

Art. 22 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu Presidente, pelo Vice-Presidente ou por quaisquer dois de seus membros, lavrando-se ata de suas deliberações.

§ 1º - A reunião do Conselho de Administração poderá ser instalada e deliberar validamente acerca dos assuntos de sua competência, desde que presentes a maioria dos Conselheiros eleitos.

§ 2º - Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regular a reunião do Conselho de Administração a que comparecerem todos os seus membros.

Art. 23 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria absoluta dos votos dos Conselheiros em exercício, tendo o Presidente, além do voto comum, o de qualidade, e cabendo ao Presidente, ou seu Vice-Presidente, ou ao Secretário baixar os atos que consubstanciem essas deliberações, quando for o caso.

Art. 24 - Os Conselheiros poderão constituir procuradores com poderes para votar em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração, desde que tal procurador seja também um membro do Conselho, e ainda que o instrumento de mandato especifique o voto do membro ausente.

Art. 25 - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônica ou tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, telex, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônica ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro, agindo conforme disposto acima, será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

**SEÇÃO II**  
**DA DIRETORIA**

Art. 26 - A Diretoria será composta de um mínimo de 2 (dois) e um máximo de 9 (nove) Diretores, sendo um deles o Presidente e outro o Vice-Presidente, não tendo os demais qualquer designação, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Um dos Diretores da Companhia será o Diretor de Relações com Investidores.

Art. 27 - É de 3 (três) exercícios anuais o mandato da Diretoria, permitida a reeleição.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo, considera-se como exercício anual o período compreendido entre duas assembleias gerais ordinárias.

Art. 28 - Em suas ausências e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Vice-Presidente, independentemente de qualquer designação, e o Vice-Presidente será substituído pelo Presidente. Na ausência ou impedimento de quaisquer outros Diretores, seu substituto será indicado pelo Presidente. Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretoria, o Conselho de Administração elegerá um novo Diretor.

Art. 29 - Compete aos membros da Diretoria, observada a necessidade de prévia autorização do Conselho de Administração para os casos previstos neste estatuto, representar a Companhia conforme descrito nos parágrafos abaixo.

§ 1º - Compete ao Presidente:

- i - a condução de todas as atividades da Companhia, com a colaboração dos demais Diretores;
- ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias;
- iii - nomear procuradores e designar prepostos da Companhia, definindo nos respectivos instrumentos os poderes outorgados e o prazo do mandato, o qual não poderá ser superior a um ano, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado;

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

iv. - criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional e no exterior; e

v. - contratar os serviços previstos no Parágrafo único do Art. 31, em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal.

§ 2º - Compete ao Vice-Presidente:

i - na ausência ou impedimento do Presidente, a condução de todas as atividades da Companhia, com a colaboração dos demais Diretores;

ii - isoladamente ou em conjunto com outro Diretor ou com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, em todos os atos necessários à condução do objeto social da Companhia, bem como perante suas controladas, acionistas e o público em geral, e no relacionamento com quaisquer entidades governamentais e/ou regulatórias;

iii - nomear procuradores e designar prepostos da Companhia, definindo nos respectivos instrumentos os poderes outorgados e o prazo do mandato, o qual não poderá ser superior a um ano, exceto quanto àqueles outorgados para representação judicial, os quais poderão vigorar por prazo indeterminado;

iv - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, bem como a condução de outras atividades por ele delegadas;

v. - criar e extinguir filiais, agências e sucursais, escritórios, departamentos e representações da Companhia em qualquer ponto do território nacional e no exterior.

§ 3º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

i - disponibilizar as informações necessárias à comunidade de Investidores, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), à *Securities and Exchange Commission* (SEC) norte-americana, bem como às Bolsas de Valores;

ii - manter atualizados os registros da Companhia na CVM e na SEC, bem como assegurar o cumprimento dos dispositivos regulamentares emitidos por essas Comissões, e aplicáveis à Companhia;

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

iii - observar as exigências de disponibilização de informações aplicáveis à Companhia;

iv - auxiliar o Presidente no exercício de suas funções, bem como a condução de outras atividades por ele delegadas.

§ 4º - Os demais Diretores terão os poderes e competências a eles atribuídos pelo Conselho de Administração, podendo, em conjunto de 02 (dois) ou em conjunto com um procurador, representar a Companhia, em Juízo ou fora dele, nos atos necessários à condução do objeto social da Companhia.

§ 5º - A Companhia também será validamente representada por procurador constituído de acordo com o disposto nos Parágrafos 1º e 2º acima, até o limite dos poderes a ele outorgados, nos termos do respectivo instrumento de mandato.

**CAPÍTULO V**  
**CONSELHO FISCAL**

Art. 30 - O Conselho Fiscal funcionará de modo permanente.

Parágrafo Único. Para o pleno exercício de suas atribuições, notadamente a função de Comitê de Auditoria, deverão ser observados os requisitos previstos nas legislações aplicáveis, o disposto no presente Estatuto e no Regimento Interno do Conselho Fiscal aprovado pela assembléia geral de acionistas.

Art. 31 – Sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação brasileira, o Conselho Fiscal terá as seguintes atribuições:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral;
- III. recomendar e auxiliar o Conselho de Administração no processo de contratação, determinação de remuneração e destituição dos auditores externos da Companhia;

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

- IV. supervisionar e avaliar os trabalhos do auditor externo e auxiliar na solução de eventuais divergências entre a administração e o auditor externo a respeito das demonstrações financeiras da Companhia;
- V. revisar periodicamente as políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditoria e de não-auditoria a serem prestados pelos auditores independentes e a respectiva remuneração;
- VI. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- VII. revisar periodicamente a eficácia dos processos de gestão de risco e controles internos da Companhia, de forma a, dentre outros, monitorar o cumprimento (i) das disposições legais que afetem a apresentação dos relatórios financeiros; e (ii) das disposições estatutárias;
- VIII. estabelecer procedimentos para receber, processar e apurar as denúncias de fraudes, anônimas ou não, relacionadas a questões contábeis, de controles internos e de auditoria da Companhia;
- IX. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- X. convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;
- XI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- XII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;
- XIII. exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Parágrafo único. Para o exercício de suas funções, o Conselho Fiscal poderá solicitar à administração da Companhia a contratação de auditores, advogados, consultores e contadores, sendo certo que os respectivos honorários deverão ser estabelecidos em condições razoáveis e dentro dos limites de dotação orçamentária específica, a ser fixada conforme proposta da administração da Companhia, observados os termos do Art. 43 abaixo.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

Art. 32 - O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral, com observância das normas do Parágrafo 4º do Artigo 161 da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição, vinculando-se cada membro do Conselho Fiscal ao respectivo grupo de acionistas que o tenha eleito.

§ 2º - Eleitos pela Assembléia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos.

§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente e o seu Secretário.

Art. 33 O Conselho Fiscal se reunirá quando necessário, mas, não menos do que 04 (quatro) vezes ao ano, devendo tais reuniões corresponder ao ciclo de apresentação dos relatórios financeiros da Companhia.

§ 1º - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 02 (dois) membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente da Companhia, ou sempre que for solicitado pelos auditores externos e internos.

§ 2º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. O quorum mínimo para a instalação de uma reunião do Conselho Fiscal é de 02 (dois) membros.

§ 3º - O Conselho se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 4º - As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser realizadas através de teleconferência, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. Os membros do Conselho poderão expressar seu voto em tal reunião através de carta, declaração ou mensagem encaminhada à Companhia, anteriormente ou durante a realização da reunião, por fax, telex, correio eletrônico ou qualquer outro meio eletrônico ou tecnologicamente disponível. O Conselheiro agindo conforme disposto acima será considerado presente à reunião, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

Art. 34 - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

Art. 35 - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a próxima Assembléia Geral procederá à eleição de membro para o cargo vago.

Art. 36 - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei n.º 6.404/76.

§ 1º - A remuneração será paga de forma como o for aos membros da Diretoria.

§ 2º - O suplente em exercício fará jus à remuneração do efetivo, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês.

**CAPÍTULO VI**  
**DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Art. 37 - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, iniciando-se a 1º (primeiro) de janeiro de cada ano e terminando no último dia do mês de dezembro.

Art. 38 - Juntamente com as demonstrações financeiras, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembléia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

§ 1º - Os lucros líquidos terão a seguinte destinação:

- i) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social integralizado;
- ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido acrescido ou diminuído dos valores referidos nas alíneas a) e b) do inciso I do art. 202 da Lei n.º 6.404/76 serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas, respeitado o disposto no artigo seguinte, sendo este valor aumentado até o montante necessário para o pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

§ 2º - Após as destinações obrigatórias do lucro líquido, previstas na Lei 6.404/76, e as acima previstas, o saldo do lucro líquido não alocado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório ou ao dividendo prioritário das ações preferenciais terá a destinação que lhe der a Assembléia Geral, a qual deverá destiná-lo integralmente.

Art. 39 - Na hipótese dos dividendos serem calculados na forma do item (a) do Artigo 10, o valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório será destinado prioritariamente ao pagamento do dividendo prioritário das ações preferenciais até o limite da preferência; a seguir, serão pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferenciais; o saldo, se houver, será rateado por todas as ações, em igualdade de condições.

§ 1º - Os órgãos da administração poderão pagar ou creditar juros sobre o capital próprio nos termos da legislação e regulamentação pertinentes.

§ 2º - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos reverterão em favor da Companhia.

Art. 40 - A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, podendo ainda levantar balanços em períodos menores e declarar por deliberação do Conselho de Administração, dividendos a conta do lucro apurado nesses balanços por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

**CAPÍTULO VII**  
**DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA**

Art. 41 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

**CAPÍTULO VIII**  
**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 42 - A aprovação, pela Companhia, através de seus representantes, de operações de fusão, cisão, incorporação ou dissolução de suas controladas será precedida de análise econômico-financeira por empresa independente, de renome internacional, confirmando estar

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO I**

sendo dado tratamento eqüitativo a todas as sociedades interessadas, cujos acionistas terão amplo acesso ao relatório da citada análise.

Art. 43 – A cada exercício financeiro, a administração da Companhia, deverá submeter ao Conselho de Administração uma proposta de dotação orçamentária anual que deverá conter a previsão dos recursos financeiros necessários para o pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor cuja contratação venha a ser solicitada pelo Conselho Fiscal.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL**

**CAPÍTULO I**  
**DOS OBJETIVOS GERAIS**

**Art. 1º** - O presente Regimento Interno tem por objetivo estabelecer as regras gerais relativas ao funcionamento, estrutura, organização e atividades do Conselho Fiscal da Companhia, para fins de desempenhar suas atribuições conforme estabelecido na Lei n.º 6.404/76, e bem como no exercício de suas atribuições como Comitê de Auditoria da Companhia.

**CAPÍTULO II**  
**DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 2º** – Além das atribuições previstas na legislação brasileira, o Conselho Fiscal exercerá as funções de Comitê de Auditoria da Companhia, tendo as seguintes responsabilidades:

- I. fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- II. opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembléia geral;
- III. recomendar e auxiliar o Conselho de Administração no processo de contratação, determinação de remuneração e destituição do auditor externo da Companhia;
- IV. supervisionar e avaliar os trabalhos do auditor externo e auxiliar na solução de eventuais divergências entre a administração e o auditor externo a respeito das demonstrações financeiras da Companhia;
- V. revisar periodicamente as políticas da Companhia para a contratação de serviços de auditoria e de não-auditoria a serem prestados pelos auditores independentes e a respectiva remuneração;
- VI. opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembléia geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- VII. revisar periodicamente a eficácia dos processos de gestão de risco e controles internos da Companhia, de forma a, dentre outros, monitorar o cumprimento (i) das disposições legais que afetem a apresentação dos relatórios financeiros; e (ii) das disposições estatutárias;

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

- VIII. estabelecer procedimentos para receber, processar e apurar as denúncias de fraudes, anônimas ou não, relacionadas a questões contábeis, de controles internos e de auditoria da Companhia;
- IX. denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da companhia, à assembléia geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à companhia;
- X. convocar a assembléia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de um mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembléias as matérias que considerarem necessárias;
- XI. analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia;
- XII. examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; e
- XIII. exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

§ 1º - No desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal não é responsável pelo planejamento ou pela condução da auditoria contábil da Companhia. Tal responsabilidade é da administração da Companhia e de seus auditores independentes. Os membros do Conselho Fiscal não são empregados da Companhia, nem tampouco desempenham as funções de auditores ou de contadores.

§ 2º - Os membros do Conselho Fiscal têm os mesmos deveres dos administradores de que tratam os artigos 153 a 156 da Lei n.º 6.404/76 e respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou com violação da lei do estatuto. A responsabilidade dos membros do Conselho Fiscal por omissão no cumprimento de seus deveres é solidária, mas dela se exime o membro dissidente que fizer consignar sua divergência em ata da reunião do órgão e a comunicar aos órgãos da administração e à assembléia geral.

§ 3º - Sem prejuízo de outras atividades ou demais procedimentos que venham a ser desenvolvidos pelo Conselho Fiscal, no desempenho das atribuições previstas no *caput* deste artigo, deverá:

- I. revisar periodicamente, em conjunto, com a administração da Companhia, incluindo o Diretor Jurídico, e os auditores externos, qualquer correspondência, ofício ou ato de agências reguladoras ou órgão governamentais, e, ainda, qualquer reclamação de empregados ou relatórios públicos que reportem preocupações ou dúvidas acerca das

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

demonstrações financeiras da Companhia, questões de auditoria e contabilidade ou o cumprimento do Código de Ética da Companhia;

II. reunir-se, periódica e separadamente, com o Diretor Jurídico da Companhia para discutir as questões jurídicas da Companhia.

III. considerar, na apresentação de proposta ao Conselho de Administração para a escolha do auditor externo da Companhia: (a) a qualificação dos auditores (incluindo o histórico e a independência dos auditores); e (b) a respectiva remuneração;

IV. encaminhar ao Conselho de Administração, sempre que julgar apropriado, uma proposta de substituição do auditor externo;

V. estabelecer uma política para a Companhia contratar profissionais anteriormente empregados ou sócios da empresa de auditoria independente para cargos da alta administração;

VI. avaliar o desempenho e a independência dos auditores externos, examinando anualmente o desempenho dos auditores externos;

VII. discutir com o auditor externo a adequação das políticas contábeis aplicadas aos relatórios financeiros da Companhia;

VIII. avaliar o desempenho e a independência dos auditores internos, revisando as suas atividades, os seus recursos e a sua estrutura organizacional de forma a assegurar o seu funcionamento adequado;

IX. discutir com a administração, o auditor interno e os auditores independentes as questões de risco de maior exposição da Companhia (se financeira ou operacional, ou de outra natureza), a adequação e eficiência dos controles internos, e as providências que a administração adotou para monitorar e controlar tais riscos;

X. revisar, periodicamente, mas não menos que uma vez a cada ano, o resumo das operações entre a Companhia e os membros do Conselho de Administração e os Diretores, se houver, bem como com empresas nas quais qualquer dos Diretores seja empregado ou detenha participações societária, ou qualquer outra operação com partes relacionadas que seja relevante; e

XI. revisar, anualmente, o relatório de cumprimento do Código de Ética da Companhia.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL**  
**ELEIÇÃO, DESTITUIÇÃO E MANDATO**

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**Art. 3º** - Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela assembléia geral de acionistas, devendo ser, no mínimo 03 (três) e, no máximo 05 (cinco) membros, com igual número de suplentes.

**Art. 4º** - Eleitos pela assembléia geral de acionistas, os membros do Conselho Fiscal terão o prazo de gestão de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) assembléias gerais ordinárias, podendo ser reeleitos.

§ 1º - A destituição dos membros do Conselho Fiscal realizar-se-á da mesma forma de sua eleição, vinculando-se cada membro do Conselho Fiscal ao respectivo grupo de acionistas que o tenha eleito.

§ 2º - Eleitos pela Assembléia Geral, os membros do Conselho Fiscal terão o mandato de 1 (um) exercício anual, assim considerado o período compreendido entre 2 (duas) Assembléias Gerais Ordinárias, podendo ser reeleitos.

**CAPÍTULO IV**  
**DO FUNCIONAMENTO**

**SEÇÃO I**  
**DO CALENDÁRIO DAS REUNIÕES**

**Art. 5º** - Para o desempenho de suas atribuições, o Conselho Fiscal deverá se reunir, no mínimo, 04 (quatro) vezes ao ano, devendo tais reuniões corresponder ao ciclo de apresentação dos relatórios financeiros da Companhia.

§ 1º - O calendário de reuniões de cada exercício financeiro deverá ser elaborado em dezembro do ano anterior, devendo contemplar não só as quatro reuniões acima referidas, como também outras reuniões que sejam necessárias, conforme o planejamento anual de cada exercício específico.

§ 2º - No planejamento de suas reuniões anuais mínimas, o Conselho Fiscal deverá se certificar que haverá tempo suficiente para que seus membros possam se reunir, separadamente, com os auditores externos, os auditores internos e os diretores da Companhia.

**SEÇÃO II**  
**DA CONVOCAÇÃO, INSTALAÇÃO E QUORUM DAS REUNIÕES**

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**Art. 6º** - - Além das formas previstas legalmente, as reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, a qualquer tempo, pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por 02 (dois) membros, pelo Presidente do Conselho de Administração, pelo Presidente da Companhia, ou sempre que for solicitado pelos auditores externos e internos

**Parágrafo Único.** A convocação das reuniões do Conselho Fiscal que não estejam previamente agendadas no calendário anual aprovado deverá ser enviada para os seus membros com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação à data da reunião.

**Art. 7º** - Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

**Art. 8º** - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros. O quorum mínimo para a instalação de uma reunião do Conselho Fiscal é de 02 (dois) membros.

**Art. 9º** - Somente os membros do Conselho Fiscal participarão das reuniões do mesmo, podendo, contudo, solicitar a presença de terceiros, tais como, membros da administração da Companhia e seus empregados, consultores ou auditores externos e internos, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários para o desempenho de suas funções.

**SEÇÃO III**

**DA AGENDA, MATERIAL E ATAS DAS REUNIÕES**

**Art. 10º** - A agenda e o material de suporte relativo a cada reunião do Conselho Fiscal deverão ser enviados para todos os seus membros com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis em relação à data da reunião.

**Art. 11** - As reuniões deverão ser registradas em atas pelo Secretário do Conselho Fiscal, e, posteriormente, circuladas entre os seus membros para aprovação da forma final.

**Art. 12** - O Secretário do Conselho Fiscal entregará as atas das reuniões para os seus membros, para os membros do Conselho de Administração, bem como para os auditores externos e internos, quando adequado.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**Art. 13** – As reuniões serão realizadas na sede da Companhia, em local adequado e restrito, devendo ser colocados à disposição do Conselho Fiscal pela administração da Companhia os recursos administrativos e logísticos necessários ao bom andamento dos trabalhos.

**SEÇÃO IV**  
**DOS RELATÓRIOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 14** - O Conselho Fiscal deverá efetuar relatórios periódicos, sendo, no mínimo, trimestrais, para o Conselho de Administração, apresentando informações gerais sobre suas atividades, conclusões e recomendações, estas últimas sempre que julgar conveniente.

**SEÇÃO V**  
**DO PRESIDENTE E DO SECRETÁRIO**

**Art. 15** - Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

**Parágrafo Único.** O Presidente do Conselho Fiscal será responsável por conduzir as reuniões, assegurar que todos os pontos de vista sejam entendidos, bem como que o tempo suficiente seja dedicado a cada assunto. O Presidente deverá planejar a pauta de cada reunião com o Secretário, bem como deverá elaborar uma sugestão do calendário de reuniões a ser aprovado para cada ano calendário.

**Art. 16** - Os membros do Conselho Fiscal escolherão dentre os seus membros aquele que desempenhará as funções de Secretário, ficando este último responsável pela elaboração e circulação das atas de reuniões, o envio da convocação, da agenda e do respectivo material de apoio de cada reunião.

**CAPÍTULO V**  
**DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 17** - O Conselho Fiscal deverá avaliar o seu desempenho em bases anuais, estabelecendo para este fim um critério objetivo que deverá ser discutido com a administração da Companhia, os auditores externos e internos.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 18** - Para o desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal terá as seguintes prerrogativas:

- I. deverá receber ou ter à sua disposição, através de comunicação por escrito da administração da Companhia, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e, quando houver, dos relatórios de execução de orçamentos;
- II. poderá solicitar aos órgãos de administração esclarecimentos ou informações, assim como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis especiais; e
- III. para apurar fato cujo esclarecimento seja necessário ao desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá (i) formular, com justificativa, questões a serem respondidas por perito e solicitar à administração da Companhia que indique, para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, três peritos, que podem ser pessoas físicas ou jurídicas, de notório conhecimento na área em questão, incluindo auditores independentes, advogados externos, entre os quais o Conselho Fiscal escolherá um que deverá ser contratado pela Companhia; e (ii) requerer que qualquer diretor, empregado, consultor externo, auditor interno ou externo da Companhia que compareça a uma reunião do Conselho Fiscal ou que se reúna com qualquer de seus membros ou com seus consultores.

**Art. 19** - O pagamento dos auditores independentes, advogados externos, contadores ou qualquer outro consultor, cuja contratação seja solicitada pelo Conselho Fiscal, será suportado pela Companhia, conforme dotação orçamentária especificamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia para suportar tais despesas, sendo certo que os respectivos honorários deverão ser fixados, dentro de níveis razoáveis, vigentes na praça e compatíveis com a dimensão econômica da Companhia.

**Art. 20** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembléia geral ordinária que os elege, observado o Parágrafo 3º do Artigo 162 da Lei n.º 6.404/76.

**Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão obrigatoriamente reembolsados pela Companhia das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função.

**Embratel Participações S.A.**  
**Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14.07.2005**

**ANEXO II**

**Art. 21** - As atribuições e poderes conferidos pela lei ou pela assembléia geral de acionistas ao Conselho Fiscal não podem ser outorgados a outro órgão da Companhia.

**Art. 22** - O Conselho Fiscal poderá ter outras responsabilidades que venham a lhe ser atribuídas periodicamente pela assembléia geral de acionistas ou pela lei.